

Trabalhadores com contrato a termo disparou nos Açores numa década

Entre 2010 e 2020, a proporção de trabalhadores com contrato a termo aumentou para todas as regiões do território português, revela um estudo da Fundação José Neves.

A variação neste período foi mais significativa na região do Algarve, Alentejo e Açores com uma variação de 10 pontos percentuais.

Por oposição, o crescimento da contratação a termo foi mais contido na Área Metropolitana de Lisboa ao variar 6 pontos percentuais.

A região do Algarve que, em 2010, já era a região com a maior proporção de trabalhadores com contrato a termo, foi a que registou o maior peso da contratação temporária em 2020: 46%.

Não obstante, o Algarve foi também a região com a maior queda da contratação a termo entre 2019 e 2020 (redução de 7 pontos percentuais).

Em 2020, o peso da contratação a termo também foi superior à média do território português no Alentejo (36%), na Área Metropolitana de Lisboa (33%) e na Madeira (33%).

No polo oposto encontram-se as regiões dos Açores e do Norte e Centro do país com as mais baixas taxas de contratação a termo, quer em 2010 como em 2020.

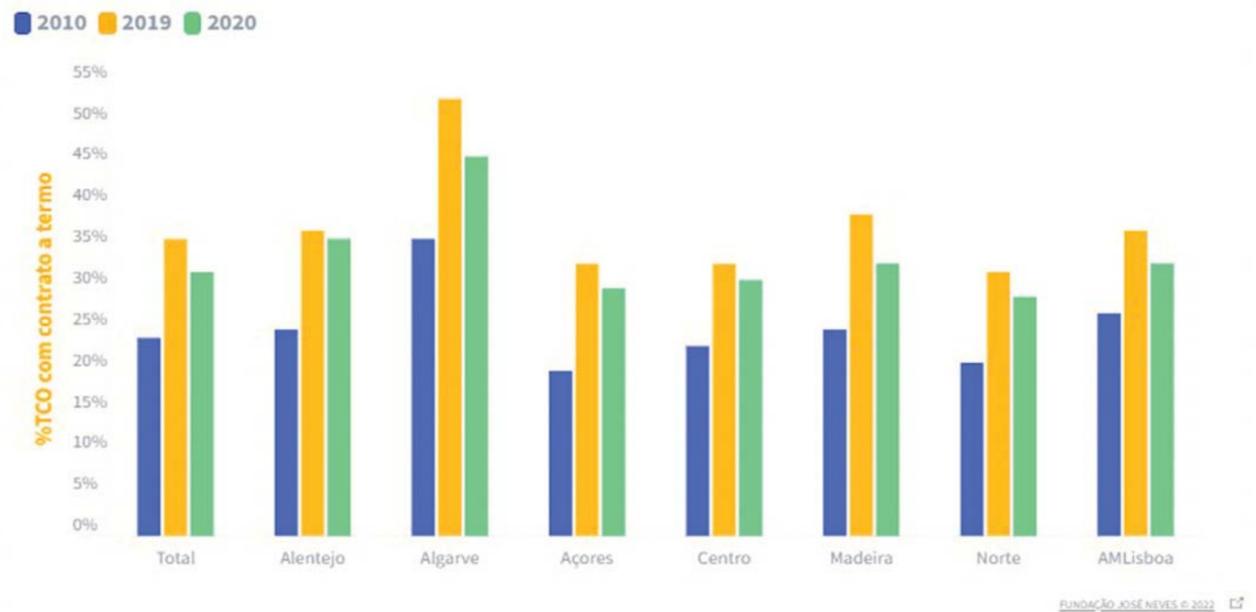
Ainda assim, nestas regiões cerca de um terço dos trabalhadores detinha um vínculo laboral temporário.

Estes resultados não são certamente alheios à composição setorial característica de cada região.

O peso da contratação temporária em 2020 variou consideravelmente entre os diferentes setores de atividade.

No ano que marcou o início da pandemia, a percentagem de trabalhadores com um vínculo contratual a termo nos diferentes setores variou entre os 2% e os 80%. Naturalmente, a esta disparidade entre setores não serão alheias as diferenças da estrutura etária e das qualificações dos trabalhadores que as compõem.

Percentagem de trabalhadores com contrato a termo por região em 2010, 2019 e 2020



Fonte: Quadros de Pessoal (GEP/MTSSS), FJN/Brighter Future.

Notas: São considerados os trabalhadores por conta de outrem em empresas do setor privado e do setor empresarial do estado com contratos a termo e sem termo. Os trabalhadores independentes, de serviço doméstico e do setor público administrativo não integram os dados originais.

As 'Atividades de aluguer, de emprego, agências e operadores turísticos' destacaram-se das restantes como o setor com a maior proporção de trabalhadores contratados a termo: 80% em 2020. Os restantes setores de atividade com um peso da contratação temporária próxima ou superior a 40% foram os seguintes:

- Construção e promoção imobiliária
- Agricultura, pecuária e pesca
- Alojamento e restauração
- Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas

Em comum, estes setores têm a relevância da sazonalidade do emprego, a menor qualificação dos trabalhadores e salários médios tipicamente inferiores à média nacional (com exceção das

'Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas), sendo também setores associados a taxas de rotatividade laboral mais elevadas.

No polo oposto, encontram-se um conjunto de setores com salários médios superiores à média nacional e trabalhadores simultaneamente mais qualificados e mais velhos. Os seguintes setores registaram uma percentagem de contratação a termo próxima ou inferior a 15% no ano de 2020:

- Fabrico de coque e de produtos petrolíferos refinados
- Eletricidade, gás, vapor, água e ar
- Atividades financeiras e de seguros
- Telecomunicações, atividades de comunicação e edição

- Fabrico de pasta, de papel e de cartão.

De acordo com o estudo, a contratação temporária tem ganho uma expressão bastante significativa ao longo da última década.

A percentagem de trabalhadores com um contrato a termo aumentou mais de 10 pontos percentuais nos últimos anos passando de 24% em 2010 para 36% em 2019.

Em 2020, ano marcado pelo início da crise pandémica, verificou-se uma redução face ao ano anterior de 3,4 pontos percentuais para os 32%, não obstante, mais de 3 em cada 10 portugueses continuaram a ter um contrato de trabalho temporário.

Apoio a 3 mil jovens açorianos contratados



A Secretária Regional da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego defendeu que a valorização dos jovens qualificados nas escolas profissionais "deve estar associada a melhores salários e estabilidade laboral", enaltecendo o "contributo destes jovens para a valorização e dignificação dos quadros técnicos intermédios das profissões".

"Já apoiámos a contratação de 3.000

jovens, dos quais mais de 70% celebraram contratos sem termo. Estes resultados encorajam-nos a continuar um percurso de melhoria que não se faz, no entanto, sem a efetiva e a devida valorização, por parte das empresas, dos jovens qualificados através de melhores salários e de estabilidade laboral", disse Maria João Carreiro, na cerimónia de entrega de diplomas a formandos da Escola Profissional da Praia da Vitória.

De acordo com a governante, para além do aumento das ofertas de emprego na Região e das "indesmentíveis" mais-valias do ensino profissional para a integração dos jovens no mercado de trabalho, "existem hoje melhores condições para que os jovens possam iniciar a sua carreira".

Maria João Carreiro lembrou que o Estagiário T, cujas candidaturas arrancam no dia 1 de agosto, garante, atualmente,

uma melhor remuneração, proteção social e privilegia os estágios no setor privado, já que são as empresas, e não a Administração Pública, que estão obrigadas a contratar.

Ainda sobre o investimento no emprego jovem, a Secretária Regional lembrou que o Executivo eliminou a obrigação do primeiro estágio e de registo no Centro de Qualificação e Emprego para que os jovens possam beneficiar os apoios à contratação, como o Contratar. Estável, que apoia a contratação sem termo em função da remuneração paga pela empresa ao jovem trabalhador.

Numa cerimónia que celebrou o "orgulho e a confiança" nos jovens diplomados, Maria João Carreiro enalteceu o "empenho" dos jovens para concluir um "exigente percurso formativo", que os preparou para o "qualitativo desempenho de uma profissão ou para prosseguir estudos".

Nesse sentido, a titular da pasta da Qualificação Profissional e Emprego desafiou os jovens a serem embaixadores do Ensino Profissional nas Escolas Profissionais", associando-se, inclusive, à campanha "A Tua Primeira Escolha" para sensibilizar os jovens para os mais de 40 cursos em oferta nas Escolas Profissionais para o próximo ano letivo, a maior oferta dos últimos oito anos.

A Secretária Regional reiterou o compromisso do Governo dos Açores com o Ensino Profissional assente no "diálogo e articulação" com as Escolas Profissionais, como dá bem bota o apoio financeiro de 1,3 milhões de euros aprovado na semana passada em Conselho do Governo para compartilhar as penalizações pelas desistências de formandos, nos termos do anterior modelo de financiamento, contribuindo para o equilíbrio financeiro das escolas profissionais da Região.